

APOSTAS ESPORTIVAS

Fux questiona MP das Bets

Ministro dá prazo de 72 horas para o governo prestar esclarecimento sobre a proibição de todas as apostas on-line no país

» RAPHAEL PATI

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 72 horas para a Advocacia-Geral da União (AGU) prestar informações sobre a Medida Provisória nº 1.394/2026, que proíbe todas as apostas on-line (bets) no país, editada em 25 de setembro. Como o despacho foi preferido no fim da tarde de ontem, eventual decisão sobre a MP ficará para depois do primeiro turno das eleições.

A determinação vem após clubes das séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro pedirem participação como colaboradores no processo em que entidades ligadas às bets pedem a suspensão do ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo as agremiações, somente essa decisão poderia preservar as receitas do futebol e oferecer alternativa intermediária e uma transição. A petição foi assinada por São Paulo, Vitória, Ponte Preta, Portuguesa e Guarani.

O pedido de informações foi feito em ação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), de 2024, contra a lei de regulamentação das bets. Por já relatar ações sobre o tema, Fux foi definido relator de outros dois processos movidos nesta semana contra a nova MP do governo que proíbe as apostas on-line.

Essas últimas ações foram protocoladas na última segunda-feira pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e pela Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas (Anseja). As entidades pedem urgência na análise da suspensão da MP porque todas as plataformas autorizadas a explorar bets serão desligadas em 5 de outubro, e as autorizações

Alejandro Zambrana/STF



O pedido de informações foi feito em uma ação de 2024, da CNC, que questiona a regulamentação das bets

serão extintas no dia 25.

Entre os argumentos usados pelas entidades que representam as bets para pedir a suspensão da MP estão a ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro da medida e a suposta violação à segurança jurídica e à proteção da confiança legítima. Além disso, alegam que o assunto não poderia ter sido tratado por medida provisória. “A retenção das outorgas pagas configura verdadeiro sequestro (confinisco) de ativo financeiro, matéria vedada ao instrumento de medida provisória”, sustenta a ANJL.

Ontem, também a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) pediu ao ministro Luiz Fux a suspensão dos efeitos

da MP. A entidade argumenta que suas associadas foram diretamente afetadas pela proibição imediata da veiculação de publicidade relacionada às bets. “O dano já está em curso”, diz a peça protocolada pela associação.

Fiscalização

Desde a publicação da MP no *Diário Oficial da União*, no dia 25, o governo federal, por meio do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) atua para derrubar sites que trabalham com o jogo, agora considerado ilegal sob qualquer ocasião. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é responsável

por retirar do ar esses sites no país. Ela recebe das duas pastas uma lista com as páginas identificadas pela equipe técnica do governo.

Ontem, após uma reunião com o ministro da Justiça, Wellington Souza e Silva, o número um da Fazenda, Dario Durigan, informou que mais de 10 mil sites foram derrubados desde a edição da MP. Antes da publicação, outros 78 mil sites ilegais já haviam sido derrubados pela Anatel a pedido do Executivo. “É uma tarefa diária, de rotina de fiscalização e passa por várias etapas. Uma delas é derrubar os sites que oferecem o serviço ilícito das bets, todos eles. E a gente tem feito isso em ampla coordenação com vários laboratórios de



A rotina de fiscalização passa por várias etapas. Uma delas é derrubar os sites que oferecem o serviço ilícito das bets, todos eles. E a gente tem feito isso em ampla coordenação com vários laboratórios de inteligência que identificam esses sites e a gente documenta para a Anatel para derrubada”, explicou Durigan, em entrevista à imprensa.

Dario Durigan,
ministro da Fazenda

inteligência que identificam esses sites e a gente documenta para a Anatel para derrubada”, explicou Durigan, em entrevista à imprensa. Além de sites, contas de influenciadores e grupos no WhatsApp e Telegram que incentivam a prática do jogo também estão sendo retirados do ar, bem como a parte de “asfixia financeira”, a exemplo do que o governo tem implementado para frear a atuação de grupos criminosos no setor de combustíveis.

Segundo Durigan, as equipes já identificaram 48 contas nesses sites que apresentavam um saldo superior a R\$ 500 mil. “Esse é um detalhe importante que a fiscalização tem apontado para que a gente também informe que tem

um patamar de conta que passa, inclusive, por uma análise diferente, pormenorizada, para entender o volume grande de recurso que tem nessas 48 contas específicas”, disse o ministro.

O chefe da pasta não confirmou e nem descartou a possibilidade de lavagem de dinheiro e disse que todas as contas estavam ligadas a números do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). “Não tô dizendo que todas (as contas) são (lavagem de dinheiro), mas há uma movimentação que discrepa do grosso das contas que tinham recurso em apostas e podem, sim, estar sujeitas a alguma investigação”, destacou.

Dados publicados pelo Ministério da Fazenda apontam que desde quando foi publicada a medida provisória, os apostadores já retiraram R\$ 652,6 milhões em saldos remanescentes nas contas desses sites. O número representa uma queda de 31% no montante total de recursos que ainda restam nas empresas que operavam no mercado legal e reportaram ao governo os valores depositados, que ainda somam R\$ 1,453 bilhão. O governo informa que ainda há 28,65 milhões de CPFs com saldo positivo em sites de apostas.

“A informação sobre essas contas, em grande medida, fica no Ministério da Fazenda. Havendo essa discrepância, a gente encaminha para as autoridades competentes, com o reforço que o ministro (da Justiça) Wellington colocou, que passa aqui, na Senacon (Secretaria Nacional de Preamção ao Consumidor, na Sedi (Secretaria Nacional de Direitos Digitais), que é a higidez do ambiente digital e na Polícia Federal, que é a persecução criminal de eventuais ilícitos encontrados, inclusive nessas 48 contas”, ressaltou o ministro. **(Com agências)**

MARGEM EQUATORIAL

Nova descoberta de petróleo

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Petrobras encontrou um novo intervalo portador de petróleo no poço Morpho (1-BRSA-1405-APS), no bloco FZA-M-59, em águas ultraprofundas na costa do Amapá. A área está localizada em uma lâmina d’água de 2.886 metros. A identificação foi feita por meio de perfis elétricos, indícios em rocha e amostras de fluidos coletadas durante as operações, segundo informou, ontem, a Petrobras.

A perfuração dá continuidade aos trabalhos realizados após a primeira descoberta divulgada em agosto de 2026 e buscou avaliar camadas exploratórias mais profundas. Segundo a Petrobras, o novo intervalo amplia o conhecimento sobre o potencial da área e reúne dados para a avaliação dos sistemas petrolíferos e dos recursos da Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas.

Os dados coletados durante a operação ainda passam por análises laboratoriais e serão integrados ao conjunto de informações obtidas durante a perfuração. Em relação à descoberta anunciada em agosto, os testes laboratoriais já concluídos confirmaram a boa qualidade do petróleo.

A Petrobras informou que concluirá a perfuração do poço e seguirá avaliando as formações identificadas. A exploração do bloco FZA-M-59 integra a estratégia da companhia de recompor as reservas de petróleo e gás em novas fronteiras exploratórias, com o objetivo de suprir a demanda energética do Brasil.

Meio ambiente

A Petrobras obteve autorização para perfurar a Margem Equatorial em outubro de 2025. A licença foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A decisão colocou empresas de petróleo

Shutterstock



A perfuração dá continuidade aos trabalhos da primeira descoberta

e setores do governo de um lado e ambientalistas de outro, estes últimos preocupados com impacto da exploração. A Petrobras tem defendido que as perfurações são feitas de forma “segura e com respeito ao meio ambiente e às pessoas”. A presidente da companhia, Magda Chambriard, observa que apesar do nome Foz do Amazonas, o local fica a 540 quilômetros da desembocadura do rio propriamente dita.

Para Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, há avanços na prevenção e no controle do desmatamento e na reconstrução da política climática e ambiental, mas a área de energia apresenta uma contradição.

“O Brasil não precisa desse petróleo para assegurar segurança energética interna, eles estão preocupados com exportar. Essa escolha em um mundo que precisa urgentemente se descarbonizar é claramente equivocada”, afirma.

A coordenadora também citou ações judiciais relacionadas à licença concedida para a perfuração no bloco FZA-M-59. Segundo ela, há questionamentos sobre os impactos do empreendimento e

sobre a oitiva de indígenas e comunidades locais. “Essa licença do Ibama tem problemas que não poderiam ser ignorados quanto aos impactos potenciais do empreendimento e à falta de oitiva adequada dos indígenas e comunidades locais”, diz.

A coordenadora também defendeu que o debate sobre a exploração na Margem Equatorial considere os impactos da expansão petrolífera e os questionamentos relacionados ao licenciamento do bloco FZA-M-59. Segundo ela, há problemas técnicos e jurídicos a serem avaliados, independentemente se encontraram petróleo viável para futura produção ou não.

“Além desse licenciamento específico, um debate necessário é a expansão petrolífera para novas fronteiras, como as bacias sedimentares que integram a Margem Equatorial, a da Foz do Amazonas entre elas. Não temos necessidade de abrir novas fronteiras petrolíferas, como se isso não impactasse a crise climática. Podemos gerenciar estrategicamente as áreas já abertas para esse fim”, afirma. **(Com Agência Brasil)**



apresenta



09 E 10

DE OUTUBRO

ÁREA EXTERNA / ESTACIONAMENTO DA CAIXA CULTURAL BRASÍLIA

EVENTO COM RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.

ENTRADA GRATUITA

REALIZAÇÃO

PRODUÇÃO

PARCEIRO DE MÍDIA

PATROCÍNIO









PROGRAMAÇÃO COMPLETA E INFORMAÇÕES: CERRADOJAZZ.COM.BR